

RORAIMA ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Variação ocorreu devido a homologação da Resolução ANEEL n° 3.133/2022 que reajustou a tarifa em 27,10%. Perfazendo um aumento de 7% no faturamento.
- (b) Em 2021 em decorrência da Lei que restringia a possibilidade de interrupção no fornecimento, o número de faturas em aberto aumentou. Com isso à Companhia iniciou campanhas de negociações e parcelamento, fato este que justifica a variação dos parcelamentos.
- (c) A transferência do não circulante para o circulante do contrato de parcelamento da Classe Serviço Público.

RORAIMA ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Vencidos				PCLD	2021	
	Vincendos	Há mais de 90 dias		PCLD			2022
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias				
Circulante							
Consumidores	99.561	32.234	12.665	144.460	(12.857)	131.906	
Residencial	56.861	20.724	4.827	82.412	(5.204)	79.697	
Industrial	2.705	619	475	3.799	(528)	2.648	
Comércio	23.778	4.684	416	28.878	(228)	20.696	
Rural	2.726	2.005	937	5.668	(340)	5.984	
Poder público	8.175	1.752	3.283	13.210	(3.348)	10.043	
Iluminação pública	1.727	390	1.161	3.278	(1.387)	2.836	
Serviço público	3.589	2.060	1.566	7.215	(1.822)	10.002	
Suprimento	59	-	-	59	-	2.908	
CCEE	59	-	-	59	-	2.908	
Parcelamentos	53.477	5.183	8.384	67.044	(55.175)	51.176	
Residencial	23.663	4.235	3.082	30.980	(22.015)	25.888	
Industrial	773	197	728	1.698	(1.316)	1.907	
Comércio	1.699	372	256	2.327	(1.110)	3.466	
Rural	282	47	62	391	(492)	1.526	
Poder público	1.500	304	239	2.043	(891)	2.330	
Iluminação pública	447	28	-	475	(221)	380	
Serviço público	25.113	-	4.017	29.130	(29.130)	15.679	
	153.097	37.417	21.049	211.563	(68.032)	185.990	
Não circulante							
Parcelamentos	33.431	-	-	33.431	(16.478)	38.625	
Residencial	20.305	-	-	20.305	(13.415)	13.143	
Industrial	762	-	-	762	(173)	1.277	
Comércio	1.283	-	-	1.283	(649)	1.538	
Rural	158	-	-	158	(66)	576	
Poder público	9.513	-	-	9.513	(1.294)	8.521	
Iluminação pública	1.410	-	-	1.410	(881)	733	
Serviço público	-	-	-	-	-	12.837	
	186.528	37.417	21.049	244.994	(84.510)	224.615	
						(63.587)	
						(23.004)	
						(7.939)	
						(858)	
						(657)	
						(340)	
						(373)	
						-	
						(12.837)	
						(86.591)	

Provisão para perdas esperadas

Os saldos relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes estão sujeitos à análise de perdas de créditos esperadas, conforme a norma contábil aplicada. A Companhia utilizou uma abordagem simplificada por meio de uma matriz por idade de vencimento do contas a receber, cujos percentuais de adimplência foram calculados de acordo com o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado de cada mês. A Companhia utilizou uma base de 12 meses, segregada por classe de consumo e a Administração considera suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

As baixas foram realizadas contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do período.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Descrição	2022	2021
Circulante		
Residencial	(27.220)	(28.128)
Comercial	(1.338)	(1.651)
Industrial e rural	(2.676)	(3.082)
Poder público	(4.238)	(4.481)
Serviço público	(30.952)	(25.368)
Iluminação pública	(1.608)	(877)
	(68.032)	(63.587)
Não circulante		
Residencial	(13.415)	(7.939)
Comercial	(649)	(657)
Industrial e rural	(240)	(1.198)
Poder público	(1.293)	(373)
Serviço público	-	(12.837)
Iluminação pública	(881)	-
	(16.478)	(23.004)
	(84.510)	(86.591)

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas:

Descrição	2022	2021
Saldo no início do exercício	(86.591)	(106.494)
Constituição	(121.470)	(17.304)
Reversão	153.557	60.495
Recuperação/Baixa por perda	(30.006)	(23.288)
Saldo no final do exercício	(84.510)	(86.591)

Há contas a receber de consumidores dados em garantia de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 10.861 (ver nota explicativa nº 20).

9. Direito de ressarcimento

São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível - CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos a contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento aos serviços público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados.

Segue abaixo o detalhamento dos créditos a receber junto à CCC:

Descrição	2022	2021
Ativo Circulante		
Custo total de geração – recebimentos (a)	105.535	181.070
CDE	2.601	2.098
	108.136	183.168

(a) A variação foi em virtude dos valores a receber de PIS e COFINS sobre a recuperação de tributos do ano de 2020, totalizando o valor de R\$ 106.756 mil, recebidos totalmente em 2022, conforme Despacho da ANEEL nº 3.976/2021.

10. Almoxarifado

Descrição	2022	2021
Ativo Circulante		
Estoque de combustível (a)	51.010	34.687
Outros materiais	5.670	3.556
	56.680	38.243

(a) Estoque de combustível para geração de energia.

11. Tributos e Contribuições

Ativo	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	-	-	-	5.959
Tributos Retidos na fonte (b)	6.313	-	956	-
PIS a recuperar (c)	1.632	-	2.257	-
COFINS a recuperar (c)	1.688	-	471	-
	9.633	-	3.684	5.959

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Passivo				
ICMS faturamento	15.124	-	10.427	-
CSLL (d)	22.734	-	15.292	-
CSLL parcelamento	4.572	11.654	-	-
PIS/COFINS faturamento	-	-	6.021	-
PIS diferido	-	5.375	81	5.375
COFINS diferido	-	25.169	499	25.169
ISS/CIP	442	-	468	-
Impostos retidos na fonte	547	-	5.211	-
INSS	941	-	1.239	-
FGTS	279	-	247	-
Parcelamento PIS/COFINS	5.190	10.812	4.989	14.453
Outros tributos	57	115	1.344	-
	49.886	53.125	45.818	44.997

- (a) Houve a baixa de créditos de ICMS devido ao não reconhecimento pelo regime diferido na legislação estadual.
- (b) Registros de créditos de tributos federais retidos IRPJ e CSLL de exercícios anteriores.
- (c) Em 2021 foram recebidos valores de pleitos junto à ANEEL e CCEE que aumentaram a base de cálculo de PIS e COFINS, o que causou a variação dos tributos de um exercício para o outro.
- (d) Os saldos de IRPJ e CSLL referem-se, principalmente, aos tributos devidos sujeitos a apuração do lucro.

11.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	-
Reconhecido no resultado do exercício	91.503
Saldo em 31 de dezembro de 2022	91.503

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativos e passivos setoriais

Descrição	2022	2021
Ativo circulante		
CDE (a)	12.172	2.695
Custo de aquisição de energia elétrica (b)	1.569	8.508
	13.741	11.203
Passivo circulante		
Conta Covid (c)	-	42.523
CVA - Parcela A	6.338	8.801
Componentes financeiros – demanda	3.197	2.669
	9.535	53.993

- (a) Os montantes registrados no ativo circulante referem-se tanto aos valores já homologados pela ANEEL, quando do reajuste tarifário concluído em novembro de 2022, quanto aos montantes registrados como estimativa da formação da CVA a ser homologada na próxima revisão tarifária, previsto novembro de 2023. O aumento deve-se substancialmente a constituição no período.
- (b) A constituição de Custo de Energia em 2021 homologada foi superior a 2022, em decorrência do custo de energia durante o ciclo tarifário ser inferior ao ACR médio.
- (c) As amortizações da parcela “A” e “B” vinculados a conta COVID-19 fazem com que o saldo da obrigação venha reduzindo de um exercício para o outro.

13. Outras contas a receber

Descrição	2022	2021
Circulante		
CCC CCEAR (a)	-	60.048
Parcelamento CAER (b)	85.248	-
Serviços Prestados	7.018	7.798
Demais ativos	1.731	2.016
Provisão p/ Perdas (b)	(87.371)	(2.123)
	6.626	68.739

- (a) O direito apresentado são valores a serem ressarcidos pela CCC à Companhia referentes a receita auferida no MCP inferior aos custos incorridos e homologados na Resolução Homologatória do ajuste tarifário nº 2968/2021, art. 10.
- (b) Valores do contrato de parcelamento da Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Roraima-CAER, razão do aumento nestas rubricas.

14. Ativos de contrato

Trata-se do direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente, conforme determinado pela NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ITG 1 (R1) - Contratos de Concessões.

O saldo é composto pelas obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais. À medida que essas obras são concluídas, os

valores são transferidos Intangível em serviço da Concessão referente à parcela a ser amortizada pelos meses previstos no período do de vigência do contrato de concessão e para o Ativo Financeiro da Concessão referente à parcela não amortizada no contrato de concessão, as adições inicialmente deem ser classificadas como ativo de contrato pois a Companhia terá o direito de:

- (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos, ou
- (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão.

Os ativos de contrato são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Distribuição				
Custo	136.674	90.841	(81.337)	146.178
Obrigações especiais	(89.475)	(39.004)	10.345	(118.134)
	47.199	51.837	(70.992)	28.044
	Saldo em 01/01/2021	Adições (a)	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Distribuição				
Custo	78.493	64.869	(6.688)	136.674
Obrigações especiais	(19.069)	(14.597)	(55.809)	(89.475)
	59.424	50.272	(62.497)	47.199

(a) valores transferidos para o Intangível no exercício, para bifurcação entre ativo intangível e ativo financeiro.

Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL e a Companhia entende como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos são remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada aos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

15. Direitos de uso

A Companhia reconheceu como direito de uso todos os contratos de arrendamento com Produtores Independentes de Energia - PIE's, que atenderam o conceito da norma de contabilidade NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos. Esses ativos estão sendo depreciados pelo prazo do contrato de arrendamento.

Abaixo está apresentada a movimentação do saldo no exercício.

RORAIMA ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saldos em 01/01/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Arrendamentos	-	602.867	(264.719)	338.148
Contratos de arrendamentos				
		Vencimento	2022	2021
Oliveira Energia nº 11246/16 e 10211/14		30/09/2024	232.297	-
Oliveira Energia nº 14238/19 e 13467/19		24/10/2023	34.690	-
Aggreko Energia nº 13258/19		31/12/2023	28.270	-
Soenergy Sistemas nº 14437 e 14438/19		31/12/2023	42.891	-
			338.148	-

16. Ativo financeiro – concessões

Refere-se a Infraestrutura recebida ou construída para a atividade de distribuição, sendo está recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente..

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados aos ativos reversíveis, ainda não amortizados, e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir o crescimento de mercado, a qualidade e a continuidade do serviço público concedido.

Por natureza, está apresentada abaixo a movimentação do ativo financeiro - concessão em curso e em serviço:

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Distribuição				
Em serviço	50.030	21.807	2.948	74.785

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Distribuição				
Em serviço	30.580	18.359	1.091	50.030

17. Imobilizado

Os itens imobilizados são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e por perdas ao valor recuperável, quando aplicável.

Por natureza, está apresentada abaixo a movimentação do Imobilizado em curso e em serviço:

RORAIMA ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	29.834	-	6.136	35.970
Depreciação acumulada	(23.060)	(1.148)	-	(24.208)
Em curso	65.640	6.823	(5.787)	66.676
Imobilizado líquido	72.414	5.675	349	78.438

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	46.218	2	(16.386)	29.834
Depreciação acumulada	(35.955)	(995)	13.890	(23.060)
Em curso	68.829	1.232	(4.421)	65.640
Imobilizado líquido	79.092	239	(6.917)	72.414

A Companhia calcula e contabiliza a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil dos bens, sendo que, para o exercício atual as taxas médias vigentes, por tipo de Unidade de Cadastro – UC, são as seguintes:

Administração	2022	2021
TUC-230 Equipamento geral	6,24%	10,40%
TUC-235 Equipamento de Informática	16,67%	16,53%
TUC-215 Edificação	3,33%	3,48%
TUC-615 Veículos	14,29%	14,87%

18. Intangível

Por natureza, está apresentada abaixo a movimentação do Intangível em curso e em serviço:

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Adições	Transferência / Ajustes	Saldo em 31/12/2022
Vinculados à concessão				
Em serviço				
Custo	939.960	-	68.833	1.008.793
Amortização acumulada	(297.925)	(30.775)	-	(328.700)
Obrigações especiais	(232.535)	(15)	(10.346)	(242.896)
Amortização (obrigações especiais)	40.766	8.139	-	48.905
	450.266	(22.651)	58.487	486.102
Não vinculados à concessão				
Administração				
Em serviço	17.541	-	5.997	23.538
Amortização acumulada	(17.541)	(388)	-	(17.929)
Em curso	9.996	3.859	(6.140)	7.715
	460.262	(19.180)	58.344	499.426

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Adições	Transferência / Ajustes	Saldo em 31/12/2021
Vinculados à concessão				
Em serviço				
Custo	904.470	9.860	25.630	939.960
Amortização acumulada	(255.501)	(29.173)	(13.251)	(297.925)
Obrigações especiais	(288.339)	(5)	55.809	(232.535)
Amortização (obrigações especiais)	34.588	6.178	-	40.766
	395.218	(13.140)	68.188	450.266
Não vinculados à concessão				
Administração				
Em serviço	17.541	-	-	17.541
Amortização acumulada	(17.541)	-	-	(17.541)
Em curso	5.439	4.842	(285)	9.996
	400.657	(8.298)	67.903	460.262

Saldo referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquida das obrigações especiais. As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

Ao final do período de concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com o critério a ser definido pelo poder concedente.

Saldo referente aos demais tipos de intangíveis, não vinculados ao contrato de concessão, formado substancialmente por Licenças de Direitos de Uso (Softwares) e Servidões sua amortização ocorre de forma linear, respeitando a vida útil, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015. A taxa anual de amortização é de 20% para todo este grupo de ativos.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Análise do valor recuperável dos ativos não-financeiros

Para o exercício de 2022, com base nas premissas adotadas e nos cálculos apurou-se um excesso do valor em uso comparado ao valor contábil do ativo de R\$ 1.210, não havendo necessidade de provisão para *impairment* do Contrato de Concessão nº 04/2018.

As premissas do fluxo de caixa estão alinhadas com a norma NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.